



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria do Trabalho no Município de PALMAS

2021 - Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

#Chega
de
Trabalho
Infantil

NOTIFICAÇÃO DE REITERAÇÃO Nº 3793.2021

PROCEDIMENTO Nº 000009.2018.10.001/6
INQUIRIDO: PREFEITURA DE RIO DA CONCEIÇÃO

A Sua Excelência a Senhora
Edinalva Oliveira
Prefeita
Prefeitura do Município de Rio da Conceição

Assunto: **Reiteração** de Notificação
Anexo: Cópia do TAC nº. 020/2020.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, Procuradoria do Trabalho no Município de Palmas/TO, ora representado pela Procuradora do Trabalho signatária, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 129 da Constituição Federal e os artigos 8º, IV e VII, e 84, II, da Lei Complementar 75/93, reiterando as notificações nº 10599.2020 e nº 600.2021, **NOTIFICA** Vossa Excelência para que demonstre, no prazo de 30 (trinta) dias, o integral adimplemento da obrigação inscrita na Cláusula Primeira do Termo de Ajuste de Conduta firmado perante o *Parquet*, atentando para as disposições contidas nos respectivos parágrafos, sob pena de incidência da multa prevista na Cláusula Sétima do Termo de Ajuste de Conduta.

Eventual impossibilidade de atendimento deverá ser justificada dentro do prazo estabelecido, sujeita à apreciação deste Órgão Ministerial.

O Ministério Público ADVERTE que o descumprimento de requisição do Ministério Público do Trabalho pode configurar crime de desobediência (artigo 330, Código Penal) ou o crime previsto no art. 10 da Lei nº 7347/1985.

As informações e documentos solicitados/requisitados DEVERÃO ser apresentados por meio do serviço de peticionamento eletrônico

Documento assinado eletronicamente por Gisela Nabuco Majeia Sousa em 19/04/2021, às 08h55min09s (horário de Brasília).
Verificação documento original: http://www.prt.0.mpt.mg.br/servicos/autenticidade-de-documentos?view=autenticidades_id=2176126&co=APTOF88PDRK8UGV

do MPT, acessível, via internet, no portal da Procuradoria, no endereço <http://www.prt10.mpt.mp.br>.

Atendimento remoto da Procuradoria do Trabalho no Município de Palmas: (61) 99415.5542 ou (63) 3236.4800 (funcionamento das 10h às 16h).

Palmas, 19 de abril de 2021.

(assinado digitalmente)

GISELA NABUCO MAJELA SOUSA
PROCURADORA DO TRABALHO

Documento assinado eletronicamente por Gisela Nabuco Majela Sousa em 19/04/2021, às 08h55min06s (horário de Brasília).
Verificação documento original: <http://www.prt10.mpt.mp.br/servicos/autenticidade-de-documentos/view-autenticidade?id=217612&ca=APTWMB8PUIK8UCY>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
NO DISTRITO FEDERAL E NO ESTADO DO TOCANTINS

e a promoção do bem de todos (artigo 3º, incisos I e VI) , bem assim define como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais todos aqueles que visem à melhoria de sua condição social (artigo 7º, "caput");

CONSIDERANDO, outrossim, as garantias de inviolabilidade do direito à vida e de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, insculpidas no artigo 5º, "caput" e no artigo 7º, inciso XXII (aplicável aos servidores ocupantes de cargo público, conforme artigo 39, § 3º), todos do Texto Constitucional;

CONSIDERANDO que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar "as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores", independentemente da natureza jurídica da relação laboral, consoante entendimento cristalizado na Súmula n. 736 do C. Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o caráter essencial dos serviços de coleta de resíduos sólidos e a necessidade de que a sua execução seja compatibilizada com a ordem jurídica, mais precisamente com as disciplinas de saúde e segurança do trabalho;

CONSIDERANDO, por fim, o que restou apurado nos autos do Inquérito Civil n. 000009.2018.10.001/6;

TÍTULO II – DAS OBRIGAÇÕES

Sem prejuízo da observância das demais normas jurídicas e de eventuais ações individuais que possam ser ajuizadas diretamente pelos indivíduos lesados, bem como da apuração de outras denúncias, o COMPROMISSÁRIO, visando ao reestabelecimento da higidez do ambiente de trabalho em que estão inseridos os trabalhadores e servidores responsáveis pelos serviços de coleta de resíduos sólidos e limpeza urbana na cidade de Rio da Conceição/TO, compromete-se a

[illegible]



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
NO DISTRITO FEDERAL E NO ESTADO DO TOCANTINS**

09;

TÍTULO III – DA DIVULGAÇÃO DO TERMO

CLÁUSULA 3ª: Afixar cópia deste TAC em local de ampla visibilidade e frequentado pelos trabalhadores.

CLÁUSULA 4ª: Manter cópia deste TAC nos livros de inspeção do trabalho de cada estabelecimento do COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA 5ª: Fornecer gratuitamente aos trabalhadores, sempre quando solicitada, cópia do TAC.

**TÍTULO IV – DA EVENTUAL DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
LIMPEZA URBANA E DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

CLÁUSULA 6ª: Na hipótese de os serviços de limpeza urbana e de coleta de resíduos sólidos serem transferidos para a iniciativa privada, o COMPROMISSÁRIO incluirá as obrigações ora assumidas no edital de licitação e no contrato administrativo firmado, obrigando-se a fiscalizar o seu cumprimento.

TÍTULO V – DAS COMINAÇÕES APLICÁVEIS NO CASO DE DESCUMPRIMENTO

CLÁUSULA 7ª: Em caso de descumprimento das obrigações constantes da Cláusula 1ª à Cláusula 6ª deste Ajuste, o COMPROMISSÁRIO pagará multa equivalente à quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por obrigação inadimplida e a cada constatação de descumprimento, ainda que parcial, acrescida do valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por trabalhador prejudicado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As sanções pecuniárias incidirão independentemente de outras multas que porventura sejam cobradas por outros órgãos, tais como a Auditoria-Fiscal do Trabalho e o INSS.

Documento assinado eletronicamente por Daniel Roberto Nogueira, Diretor de Inspeção do Trabalho, em 09/09/2021, às 14h30min, no sistema de assinatura eletrônica do Ministério Público do Trabalho, em conformidade com o disposto no art. 10, inciso II, do Decreto nº 10.042/2019, e no art. 10, inciso II, do Decreto nº 10.042/2019, e no art. 10, inciso II, do Decreto nº 10.042/2019.

formalização, e suas disposições permanecem inalteradas em caso de sucessão ou de mudança de gestão, ficando os sucessores ou futuros gestores responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive pelo pagamento das multas avençadas para a hipótese de inadimplemento.

Palmas/TO, 7 de outubro de 2020.

GISELA NABUCO MAJELA DE SOUSA
Procuradora do Trabalho



MUNICÍPIO DE RIO DA CONCEIÇÃO
Prefeito Municipal

Documento arquivado e disponibilizado por Grêcia Ribeiro Pereira Soares em 30/09/2020, às 07h26min17s, no Sistema de Arquivos do Conselho Nacional de Educação. Endereço para verificação de autenticidade do documento: <https://www.cne.gov.br/arquivos/autenticacao-do-documento?chave-autenticacao=5BEE760936274911>